

A SITUAÇÃO DO CAFÉ E A GARANTIA DOS PREÇOS NO MERCADO INTERNO*

Eng. Agr. Ruy Miller Paiva
Eng. Agr. Rubens Araujo Dias

Não é mais possível apresentar, a exemplo do que se fazia nos anos anteriores, um balanço da situação estatística do café, com a precisão desejada. O Instituto Brasileiro do Café não tem mais publicado com regularidade os dados estatísticos necessários a um pleno

conhecimento da situação, inclusive as compras e vendas do Governo nos mercados interno e externo, que constituem hoje assunto altamente sigiloso.

Com base em dados anteriormente divulgados e tomando-se números referentes às produções e exportações de anos

QUADRO I
Situação Estatística do Café no Brasil
Em milhões de sacas de 60 quilos

I T E N S	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61 (2)
1 — Estoque inicial	7,4	14,1	24,1	44,2
2 — Produção registrada	21,2	27,1	43,8	28,5
A) Disponibilidade	28,6	41,2	67,9	72,7
1 — Exportação Exterior	13,6	14,9	17,9	17,0
2 — Consumo nos Portos	0,5	0,4	0,6	0,6
3 — Comércio de Cabotagem .	0,4	0,4	1,0	1,0
4 — Cafés Industrializados ...	0,0	0,2	0,4	0,8
5 — Consumo Interno(1)	—	1,2	3,8	4,8
B) Distribuição	14,5	17,1	23,7	24,2
C) Estoque final	14,1	24,1	44,2	48,5

Fontes: I.B.C. e informações oficiais.

- (1) O consumo interno na safra de 1957-58 não era abastecido pela produção registrada; na safra de 1958-59 o foi apenas em 6 meses.
- (2) Estimativas e previsões preliminares.

(*) Trabalho elaborado no mês de abril último e encaminhado às autoridades estaduais como contribuição à formulação da política cafeeira da safra de 1961-62.

mais recentes, pode-se chegar a estimativas apenas aproximadas dos estoques que deverão estar em mãos do Governo e de particulares no fim da atual safra. Vê-se pelo quadro I que esse estoque seria de 48,5 milhões de sacas.

Parte ponderável desse estoque é constituído de cafés de qualidade inferior, inclusive os da série expurgo. Aliás, as dúvidas quanto à qualidade do café estocado e mesmo seu montante são também sentidas pelo próprio Governo Federal que recentemente cons-

tituiu uma Comissão para proceder ao levantamento dos estoques de café em mãos do Instituto Brasileiro do Café.

Com a colheita do presente ano, a situação tende a se agravar ainda mais. Embora não se disponha de estimativas oficiais, fontes particulares apresentam para essa colheita previsões que variam de 38 a 40 milhões de sacas. Com isso, somente se pode esperar um agravamento da situação estatística no decorrer da próxima safra.

QUEDA NOS PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS CAFEICULTORES

Face à deterioração ocorrida na situação estatística do café, vem se observando contínua queda nos preços reais recebidos pelos cafeicultores.

Pela observação constante no quadro II, verifica-se que esses preços depois de um período de alta permaneceram relativamente estáveis, em seus valo-

QUADRO II
Evolução dos Preços de Café no Interior de São Paulo

ANOS	Preços médios recebidos pelos lavradores		Preços deflacionados		Índice Geral de Preços (1)	Índice Preços Agrícolas
	Preços correntes Cr\$/60 kg.	Ind.	Cr\$(1948/52) por 60 kg.	Ind.		
Média 1948/52	838	100	838	100	100	100
1953	1 320	157	910	109	145	155
1954	2 200	262	1 200	143	183	204
1955	2 130	254	1 000	119	213	231
1956	2 280	272	894	107	255	259
1957	2 360	282	811	97	291	283
1958	1 720	205	523	62	329	282
1959	1 930	230	419	50	461	370
1960(2)	2 580	308	445	53	580	513

Fontes: Divisão de Economia Rural.

(1) Calculado na base do índice "2" da "Conjuntura Econômica".

(2) Dados preliminares.

res correntes, de 1954 a 1957, sofrendo quedas em 58 a 59, para novamente subirem em 1960. Eliminando-se os efeitos da inflação, teríamos então quedas sensíveis de ano para ano, apenas paralizadas em 1960. Aliás, o preço real nos dois últimos anos — 1959 e 1960 — é praticamente igual à metade do auferido, em média, no quinquênio base, o que deixa os preços do café em situação de marcante inferiori-

dade quando comparados com outros produtos. Isso, aliás, pode ser avaliado pelo cotêjo do índice de preços correntes de café (230 em 1959 e 308 em 1960) com o Índice Geral de Preços (461 em 1959 e 580 em 1960) e mesmo com o índice de Preços Agrícolas de S. Paulo (370 em 1959 e 513 em 1960), tendo todos êsses índices como período básico a média alcançada no quinquênio de 1948-52.

POLÍTICA CAFEIEIRA PARA A NOVA SAFRA

Aproximando-se o início da nova safra comercial, 1961-62, cabe ao Governo Federal decidir quanto à política cafeeira, inclusive quanto aos preços que devem ser assegurados para êsse produto. Surge daí uma série de questões do mais alto interesse; deve o Governo, face à atual situação do café, continuar com a sustentação dos preços para os lavradores em níveis satisfatórios? Ou deve deixá-lo cair a níveis que desestimulem a produção de modo a se conseguir num futuro próximo uma adaptação

da produção também aos níveis de consumo e exportação? Ainda que esta última hipótese pareça, à primeira vista, razoável e coerente com um desenvolvimento normal da economia brasileira, sendo mesmo defendida por inúmeros economistas, principalmente do Rio de Janeiro, não há dúvida que contra ela podem ser apontados muitos argumentos, que nos levam a optar decididamente pela manutenção de uma política de sustentação de preços para os cafeicultores.

Inconvenientes de novas quedas nos preços

Para melhor aquilatar os reflexos de uma política de não sustentação de preços internos do café, é indispensável que se considere primeiramente o as-

pecto macro-econômico da questão. Sabe-se que atualmente o café não mais contribui com alta porcentagem para a Renda Interna do Estado.

Sua participação em 1960, pode ser calculada em cerca de 5%, apenas, quando há anos atrás, em 1950, atingia 16,4%. No entanto, a importância desse produto ainda é fundamental para a nossa economia, quando se considera que é a exploração básica de nossa agricultura, bastando dizer que, segundo levantamento efetuado por esta Divisão em 1958, (1) em colaboração com a FAO/CEPAL/IBC —, as propriedades agrícolas que cultivam café ocupam uma área de 121 mil quilômetros quadrados, aproximadamente metade do Estado de São Paulo, mobilizam uma população de 2,2 milhões de pessoas, aproximadamente 20% do total do Estado, e representam, ainda, um ativo de cerca de 150 bilhões de cruzeiros, a preços de 1958.

Dêsse modo, o reflexo na economia de São Paulo, de uma queda acentuada de preços de café, em caráter permanente, não pode ser medido apenas pelo efeito numérico de sua participação na Renda Interna de São Paulo. Não são apenas os bilhões de cruzeiros que a economia do Estado deixa de receber. É preciso considerar que devido à importância da cafeicultura e à posição ímpar que ela ocupa no Estado, os afluxos de tal queda serão profundos e se farão sen-

tir numa queda geral no nível de emprego e nos já baixos salários rurais. A agricultura não poderá absorver facilmente os recursos hoje empregados nessa lavoura. Ademais surgirão reflexos ponderáveis nos custos de produção de outros produtos agrícolas pois, como se sabe, o café oferece facilidades à produção de outras culturas, principalmente os cereais, que não poderiam ser produzidos aos níveis atuais de preços, não fossem ter parte de seu custo coberto pela produção de café.

É de se notar que em outros Estados, como Paraná, Espírito Santo e zona da Mata, em Minas Gerais, os reflexos de uma queda de preços do café serão ainda mais pronunciados, pois nessas regiões a importância da lavoura se faz sentir em grau ainda mais elevado do que em São Paulo.

Outro aspecto a considerar é o reflexo que uma política de não sustentação de preços terá sobre a própria economia cafeeira. Diversas questões podem nesse sentido ser levantadas: abandonarão os agricultores as lavouras menos produtivas, transferindo recursos para outras atividades mais lucrativas? Ou saberão reagir aos preços baixos aumentando a eficiência da cultura? Ou continuarão a manter suas la-

(1) Veja Indústria do Café em São Paulo, "Agricultura em S. Paulo", março de 1961.

vouras em condições rotineiras de tratamento, procurando simplesmente diminuir as despesas a fim de fazer face à diminuição de preços?

De um ponto de vista teórico poder-se-ia admitir que os cafeicultores reagissem a menores preços com uma melhoria de suas técnicas, a fim de manter o seu nível de renda ou, então, que eles resolvessem transferir todos os seus recursos para outras explorações mais lucrativas. Isso seria altamente benéfico para a economia do Estado. Todavia, o conhecimento científico que hoje se tem da estrutura da lavoura de café em São Paulo, mostra que os cafeicultores, em geral, não reagem dessa forma.

O estudo realizado sobre a produtividade da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo, em 1958, pela Divisão de Economia Rural em colaboração com a CEPAL, FAO e IBC, mostra que já naquele ano, de um total de 1,3 bilhões de árvores adultas, cerca de 660 milhões apresentavam-se com rendimento inferior a 24 arrôbas por mil pés, sendo consideradas submarginais, nas condições de preço e custo então existentes. Dêsse modo, cerca de 50% da lavoura de café em São Paulo apresentava precários resultados financeiros, significando prejuízo para os agricultores e má utilização de

recursos para a coletividade. E no entanto, o mesmo estudo mostra que apenas 35 milhões de cafeeiros tinham sido, em média, arrancados nos últimos anos. Nesse ritmo, levaria aproximadamente 20 anos para remover tôdas as árvores que naquele ano eram consideradas submarginais.

Êsses números mostram um fato de maior significação da cafeicultura de São Paulo e quiçá de todo o Brasil. Ainda que as lavouras se mostrem deficitárias e pouco produtivas, os lavradores relutam em arrancá-las e insistem em continuar a explorá-las. A explicação dêsse fato encontra-se na estrutura do custo de produção da lavoura, conforme será demonstrado em outro setor dêste trabalho. O que, porém, deve ficar claro é que, face a essa atitude, não se pode esperar que os cafeicultores venham a substituir, prontamente, apenas sob ação da força do mercado, suas lavouras anti-econômicas. E do mesmo modo não se pode esperar que venham melhorar tecnicamente sua produtividade através de práticas racionais, mesmo porque já em 1958, conforme mostra o mesmo estudo, era muito pequena a porcentagem dos que empregavam técnicas avançadas.

Aliás, a história da cafeicultura brasileira confirma essa

conclusão. Durante a crise de 1930, quando os preços do café caíram a níveis ínfimos, não se processou a readaptação que se fazia então necessária. Não se cortou o café com a rapidez suficiente e não ocorreu a melhoria desejada na produtividade. Foram necessários cerca de 20 anos para que a produção caísse aos níveis da exportação e do consumo interno.

Outro fator a ser considerado é que uma queda do preço no mercado interno será de consequências malélicas para toda a cafeitura nacional, tanto para as lavouras de baixo como para as de alto rendimento. É ilusão pensar que os proprietários das boas lavouras continuem a tratar bem o seu cafézal, quando os preços caem. Ainda que seja esse o comportamento racional a ser esperado, o que se constata, é uma atitude contrária de parte dos agricultores. Quando os preços caem, eles deixam de investir capital em forma de adubos, aquisição de máquinas, combate à erosão etc. e passam a explorar apenas a riqueza natural dos solos, deixando que sua produtividade diminua progressivamente até que o transforme mais tarde em pastos pouco produtivos. Devido à

alta taxa de juros que em geral se obtém nas atividades econômicas de São Paulo, qualquer agricultor somente aplica capital adicional na agricultura, quando a perspectiva de lucro é muito alta. Aliás, é preciso considerar que ponderável parcela dos cafeicultores não dispõem mesmo de capital adicional para investir quer no café, quer em outros setores.

Portanto, se os preços do café não forem sustentados em níveis satisfatórios, toda a lavoura cafeeira será prejudicada, tanto as boas como as ruins e haverá um decréscimo generalizado da produtividade na cafeicultura, o que em última análise, significa prejuízo para a economia do país. E tampouco teremos dêsse modo a solução desejada para o problema dos excedentes, ao menos por muitos anos, pois os agricultores, de moto próprio, não promoverão o arrancamento em massa dos cafeeiros pouco produtivos. Ademais, ocorreria com a queda de preços do café, sensível crise no meio rural, acompanhada de uma decadência generalizada dos cafézais do país, inclusive das lavouras atualmente com produtividade satisfatória.

Inconvenientes de melhores preços

Todavia, em conflito com essa conclusão tem-se o fato bá-

sico da economia cafeeira, no momento, que é a super-produ-

ção. O Brasil tem agora um excedente calculado em 48,5 milhões de sacas que não podem ser absorvidas pelos mercados consumidores. Deve-se nessas condições continuar a sustentar os preços de café em cruzeiros? Não se estará assim incorrendo numa contradição econômica, estimulando-se o aumento de produção de uma cultura que já se acha em condições de evidente super-produção? Não há dúvida que, se o Governo sustentar preços remunerados em cruzeiros, ocorrerá um acréscimo ainda maior de produção com plantios adicionais nas zonas de terras novas e com a formação de novas lavouras racionais de alta produtividade nas zonas velhas. E dificilmente poderá ocorrer um aumento de consumo generalizado que venha absorver êsse maior volume de produção, como aliás é difícil prever que haja um aumento de consumo suficiente para absorver a produção já existente. Sabe-se que os mercados consumidores reagem vagarosamente às promoções de vendas e que em geral os Gover-

nos dos países consumidores não mostram maior interesse em estimular êsse aumento por não considerar o café um produto essencial à saúde e bem estar do povo. Sòmente encontrar-se-ão maiores possibilidades com a abertura de comércio com os países da cortina de ferro, mas, ainda assim, essas possibilidades no momento parecem muito presas a prognósticos de difícil antecipação.

Portanto, a garantia de preços remuneradores em cruzeiros virá de fato agravar a situação de superprodução. Mas, de outro lado, se o Governo não garantir êsses preços, ocorrerá, como foi dito, grave crise na cafeicultura, com repercussões sensíveis em tôda a economia do país. Trata-se, pois, de uma situação difícil, que obriga uma atitude corajosa de nosso Governo. Impõe-se que seja adotada paralelamente à manutenção de preços um controle efetivo da produção. Não adianta garantir preços nem mesmo dentro dos níveis atuais, sem a adoção, concomitante, de medidas de restrição à produção.

Nessecidade de estabelecer contrôles da produção

Reconhecemos que não há aceitação geral dêsse princípio entre os cafeicultores patrícios. Muitos dizem que um controle de nossa produção, fará com

que outros países se aproveitem para ampliar suas lavouras. A medida é encarada por muitos, como uma ofensa ao brio nacional, como se estivés-

semos perdendo uma batalha econômica, o que faz com que os opositores à idéia tornem-se patrioticamente apaixonados. Considerando-se, porém, o fato, com a necessária frieza, o que se constata é que a produção de nossos concorrentes cresce mesmo com preços baixos, apesar de crescer mais, quando se sustenta os preços em dólares. E para sustentar os preços externos, se não restringimos a produção, restringimos o volume de café ofertado no mercado. Não há, pois, muita diferença entre os processos. Se estivéssemos competindo para ganhar mercado numa guerra de preços, então o controle de produção poderia ser inconveniente, mas hoje a maioria dos estudiosos aceita que o que nos convém é fazer acordos satisfatórios com os concorrentes, sem entrar numa guerra de preços. De modo que não há inconveniente em se adotar um rígido controle de produção.

Antes de discutir as medidas pertinentes à restrição de produção, convém tratar da questão referente ao nível de produção que deve ser mantido no Brasil. Não é fácil determinar essa questão. Atualmente exporta-se cerca de 17,0 milhões de sacas (média aproximada de 1958-59 e 1960-61) e o consumo interno é da ordem de 5 a 6 milhões. Se desejar-

mos manter posição de equilíbrio, produzindo o que se consome, teremos de reduzir a safra do Brasil em cerca de 35%, pois pode-se considerar que a produção "normal" do Brasil seja agora no mínimo de 35,0 milhões de sacas (média aproximada dos últimos quatro anos). Se considerarmos, porém, a possibilidade de se promover uma política de expansão de vendas através de contratos comerciais e de um bem elaborado sistema de propaganda, então podemos admitir que nos convém manter uma produção de 25 milhões, sobrando assim 19 milhões para exportação, ou seja uma exportação de 2 milhões a mais do que podemos agora normalmente exportar. Nesses cálculos não se faz necessário prever a hipótese de geadas ou de anos pouco produtivos, pois os estoques de 48,5 milhões que dispomos no momento, serão suficientes para atender a essas anormalidades. Acreditamos, pois, que a situação que melhor convém ao país é a de reduzir a produção em 30% e manter em níveis remuneradores, os preços em cruzeiros.

Teoricamente o estabelecimento de *cotas de produção* seria a medida mais eficiente para restringir a produção. Não se trata de medida fácil, mas em princípio pode-se aplicá-la através do registro que é

feito pelo IBC. Este órgão já se acha preparado para registrar todo café comercializado no país, de modo que não seria difícil acrescentar nesse registro o nome do agricultor que o produz. Com isso poder-se-ia estabelecer as cotas individuais de produção. Assim, o cafeicultor que este ano embarcasse 100 sacas, caso fôsse estabelecida uma redução de 30%, ficaria com direito de nos anos seguintes registrar e comercializar apenas 70 sacas.

Para evitar-se os inconvenientes das flutuações de produção de um ano para outro, tal esquema poderia ser corrigido no ano seguinte, permitindo-se que o agricultor registrasse novamente no ano seguinte tôda a sua safra, adotando a cota a partir do 3.º ano com os 30% calculados a partir da média das duas safras registradas.

O sistema de cotas faria com que os agricultores tivessem interesse em cortar a pior parte de suas lavouras a fim de não produzir volume superior ao de suas cotas e dêsse modo elevaria a produtividade média das lavouras do país. De outro lado, é verdade que poderia tirar dos agricultores o estímulo de aumentar a produtividade das lavouras que não fôsssem arrancadas, pois, tendo um número maior do que o necessário para comple-

tar a cota, eles naturalmente sentir-se-iam menos interessados em intensificar o cultivo. Ademais, qualquer aumento de produtividade significará sempre maior número de pés a serem arrancados. Outra vantagem do sistema é a de permitir que proprietários de boas lavouras adquiram as cotas das lavouras pouco produtivas, fazendo com que aumente a produtividade em geral da lavoura.

Também, não haveria necessidade do Governo fiscalizar o arrancamento dos cafeeiros menos produtivos, pois seria naturalmente feito pelos agricultores que teriam assim interesse em cortar suas lavouras mais fracas na proporção necessária para eliminar todo o café que fôsse excedente à sua cota ou então eliminar tôda a sua lavoura, uma vez que resolvesse vender sua cota a outros cafeicultores cujas lavouras fôsssem bem produtivas em sua totalidade.

Ademais, êsse sistema de cota traria uma proibição implícita de novos plantios, que somente poderiam ocorrer se fôsssem adquiridas as cotas de produção de outros cafeicultores que desejassem sair da produção.

Outra forma de restringir a produção é através da *erradicação de lavouras menos produtivas*. Todavia, para o país

reduzir sua produção de café em 30%, conforme sugerido, seria necessário um esquema muito amplo, abrangendo o corte de uma porcentagem muito maior de cafézais.

A julgar pela lavoura de São

Paulo, cuja produção se desdobra nas classes do quadro III, seria necessário erradicar cerca de 693 milhões de árvores para obter a desejada redução de 30% (admitindo produção de 11 milhões de sacas).

QUADRO III

Produção de Café em São Paulo, 1958

Distribuição de Rendimentos Médios por Contingentes de Cafeeiros

Milhões de pés	Rendimento médio Arrôbas p/1 000 pés	Produção 1 000 sacas
210	6,5	350
170	16,5	710
280	24,0	1 680
150	32,0	1 200
165	40,0	1 650
90	48,0	1 080
75	56,0	1 050
85	70,0	1 490
50	90,0	1 125
15	110,0	360
10	113,0	335
Totais 1 300		11 030

Nota: Estimativas baseadas nos resultados da pesquisa realizada pela FAO/CEPAL/IBC-S.A.

Admitindo idêntica proporção para outros Estados do Brasil, chegamos à conclusão de que se faz necessário um esquema de erradicação que abrangesse de 1,2 a 1,5 bilhões de árvores para se reduzir a produção aos níveis desejados. Como efetivar tal erradicação? Através de uma Lei que obrigue cada agricultor arrancar os 50%? Haveria nesse caso o sériíssimo problema da fiscalização dos pés arrancados. Mesmo através de fotografias aé-

reas não seria fácil; confundem-se os pés arrancados e os cortados, o que facilitaria a burla por parte dos lavradores desonestos que após o corte deixariam as lavouras brotarem novamente. Outra dificuldade seria a de determinar as lavouras que devem ser arrancadas. Sabe-se que muitos agricultores têm toda sua lavoura altamente produtiva e muitos outros têm toda sua lavoura com baixa produção. Seria, pois, injusto exigir de todos, o

arrancamento na mesma proporção. Possivelmente a forma mais conveniente não seria através de uma lei, mas sim de um pagamento em dinheiro que constituísse incentivo para o cafeicultor fazê-lo. Nesse caso, o problema da fiscalização seria menor e haveria a possibilidade de serem arrancadas somente as piores lavouras.

Têm sido sugeridas diversas formas de efetivar tais pagamentos. Qualquer delas constitui pesado ônus para o Governo, mas não há dúvida que essa é uma das formas objetivas de se pôr um paradeiro rápido ao problema da superprodução. Ademais, o que se gastasse agora para a erradicação da árvore deixaria de ser gasto no futuro com a aquisição do produto.

Não é fácil determinar do montante a ser pago por pé eliminado. Se o arrancamento fôsse obrigado por lei e o objetivo do pagamento fôsse apenas o de cobrir as despesas extras, poder-se-ia estabelecer uma base entre 6 a 7 cruzeiros por pé, que é o que em geral se cobra em São Paulo, para êsse tipo de serviço. Entretanto, se o objetivo é dar aos lavradores um incentivo a êsse arrancamento, faz-se necessário aumentar êsse pagamento e cobrir com êle também o que o agricultor deixará de colher

no próximo ano. Admitindo-se em média uma colheita de 24 arrobas por mil pés ou sejam 6 sacas beneficiadas a 3.330 cruzeiros, teremos um pagamento de 19.800 cruzeiros por mil pés ou 20 cruzeiros por pé, que adicionados aos 7 cruzeiros do arrancamento perfazem um total de 27 cruzeiros por pé arrancado. Acredita-se que, dêsse modo, se o Governo resolver dispensar 32,4 a 40,5 bilhões de cruzeiros, poderia ter o arrancamento de 1,2 a 1,5 bilhões de árvores e por conseguinte a diminuição de 30% da produção. E deixaria de ter nos anos seguintes despesas idênticas ou superiores a esta, na aquisição dos excedentes, como aliás vem tendo nos últimos anos na safra 1959-60, quando as aquisições atingiram cerca de 56,0 bilhões de cruzeiros. Além disso, através dêsse arrancamento ter-se-ia a liberação de terra, mão de obra e capital para o incentivo à produção de culturas de exportação e de alimentação, desejadas pelo mercado interno.

Impõe-se, aliás, como medida de maior conveniência, que a adoção de tal pagamento seja acompanhada de um esquema amplo, em que o Governo através de um crédito orientado, forneça os recursos financeiros e a assistência técnica para que os cafeicultores possam aproveitar adequadamente as

terras das quais foram arrancados os cafêzais, fazendo uma agricultura racional.

Impõe-se, pois, a formulação de um esquema nesse sentido, em que seja planejado o aproveitamento dos recursos disponíveis na produção dos artigos que possam ser exportados e que são exigidos pelo mercado interno.

A restrição da produção pelo sistema de cotas a que nos referimos anteriormente também exige tal esquema, pois o importante é que os agricultores sejam auxiliados e orientados a encaminhar os recursos liberados do café para atividades essenciais à nossa economia e em proporções adequadas para que não se verifiquem situações de superpro-

dução excessiva em determinadas atividades.

Um esquema dessa natureza para o Estado de São Paulo poderá ser facilmente formulado com os conhecimentos técnicos que se dispõe na Divisão de Economia Rural.

Como medidas auxiliares a qualquer dos esquemas de restrição de produção, pode-se mencionar a suspensão do crédito bancário para as lavouras pouco produtivas e a melhoria dos preços mínimos para os cereais e outros produtos que fôsem considerados convenientes à nossa economia. Dêsse modo, seria maior o interesse do agricultor em aceitar o esquema que fôsse proposto pelo Governo.

Determinação do nível de preços

Uma vez adotado um sistema de erradicação ou de cota, cabe discutir os níveis em cruzeiros em que os preços deveriam ser garantidos para o café a ser produzido.

Também não é fácil estabelecer os preços nesse sentido. No quadro IV encontram-se elementos relativos às despesas da produção de café em lavouras de diferentes níveis de produtividade, dentro de uma dada estrutura de custo. Constatase por êsse quadro que o custo de produção do café é ex-

cessivamente alto. Muito mais alto do que pode parecer à primeira vista. Tomando-se uma lavoura de alta eficiência que produz 100 arrôbas por mil pés e considerando-se as despesas de custeio em que se incorre com adubo, mão de obra etc., aos preços atuais, inclusive para mantê-la nesses níveis de produção, chega-se ao custo de 2.955 cruzeiros por saca beneficiada. E note-se que não estão aí incluídos os juros ou aluguel do valor da terra, os juros do capital invertido e tão

QUADRO IV

Custo de Produção de Café no Estado de São Paulo
Modêlo baseado em propriedades com lavouras de 50 mil cafeeiros, a diversos
níveis de rendimento agrícola e com o pagamento de salários mínimos
cruzeiros por 1 000 pés

I T E M S	Rendimentos Agrícolas (por 1 000 pés)			
	100	75	50	25
	(arrobas de café beneficiado)			
	75	56	38	20
	(sacas de café côco sêco)			
	25	18,5	12,5	6,5
	(sacas de café beneficiado)			
I — PRODUÇÃO				
A — Operações de carpa	12 700	12 700	12 700	12 700
Tratos culturais	5 765	5 765	5 765	3 280
Colheita	10 080	7 440	5 040	2 640
Transp. de café da roça	885	885	440	440
Secar e recolher o café	1 600	1 400	1 000	800
	31 030	28 190	24 945	19 860
B — Materiais consumidos				
Azubos químicos	22 450	14 430	10 060	—
Estêrco	2 500	2 500	2 500	2 500
Mudas p/replanta	75	75	75	75
Sacaria de colheita e utensílios .	150	100	75	50
	25 175	17 105	13 719	2 625
C — Despesas adicionais de custeio .	7 700	7 700	7 700	7 700
D — Depreciação de benfeitorias e do cafezal				
Custo total de produção por 1 000 covas	2 800	2 800	2 800	2 800
Custo de produção de uma saca de café em côco	66 705	55 795	48 155	32 985
	890	996	1 267	1 650
II — BENEFICIAMENTO				
Custo de 3 sacas de café em côco, sêco, de 40 quilos	2 670	2 988	3 801	4 950
Custo de benefício de 3 sacas em côco	160	160	160	160
Valor da embalagem 1 saca ...	90	90	90	90
Transporte para usina de beneficiamento	35	35	35	35
Custo de produção de uma saca de café beneficiado	2 955	3 273	4 085	5 235

Nota: Cálculos baseados no modêlo apresentado no trabalho "Custo e Renda de uma Lavoura Racional de Café" — "AGRICULTURA EM SÃO PAULO" n.º 12 de 1960 — DIVISAO DE ECONOMIA RURAL.

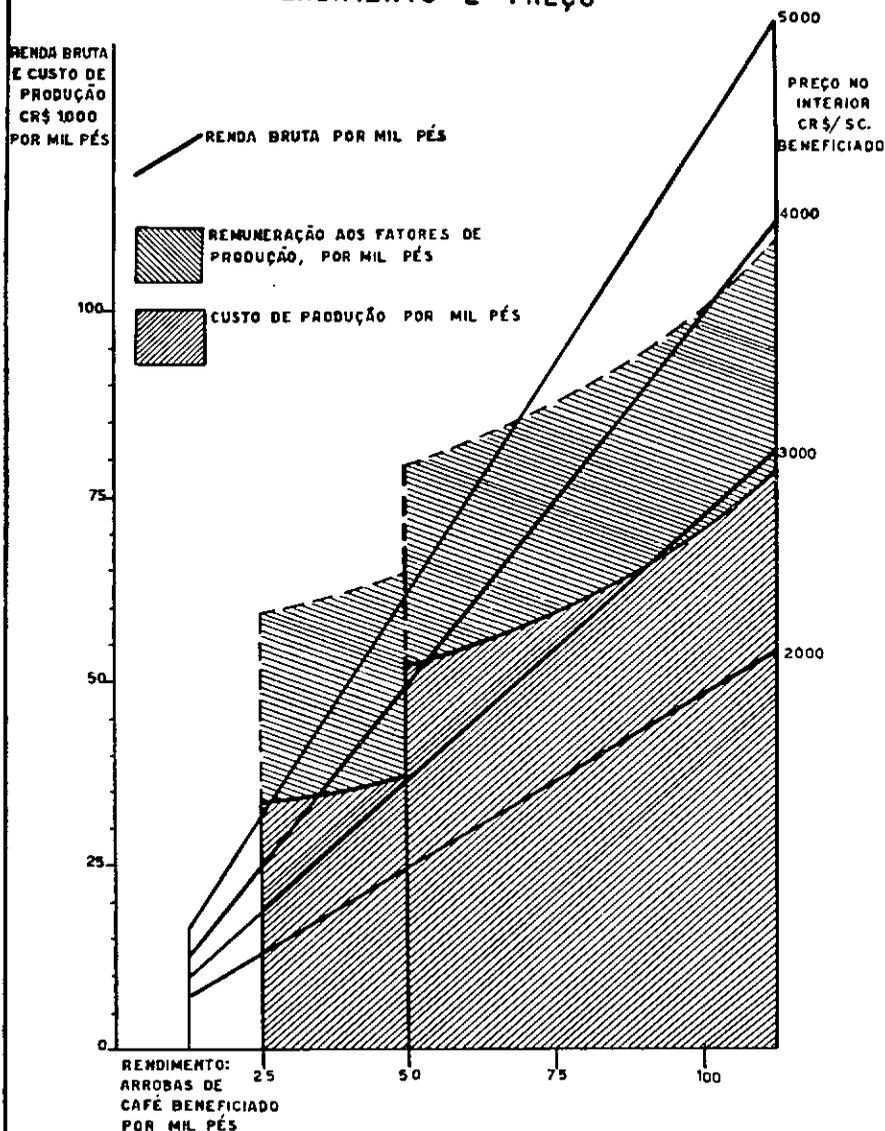
pouco um salário ou retirada para o fazendeiro. Isso significa que aos preços atuais de 2.700 cruzeiros por saca beneficiada no interior, uma lavoura de 100 arrôbas não pode se manter em condições de lucratibilidade. Se os agricultores a mantêm, é porque não pagam o salário mínimo, não a adubam em condições satisfatórias ou se sujeitam a não receber remuneração pelo capital empastado na exploração e pelo seu próprio trabalho de empresário. O que isso necessariamente significa é que essa lavoura não está se “mantendo”, e que certamente sua produtividade cairá, à medida que fôr sendo consumida a fertilidade natural do solo.

O mesmo se aplica em relação às lavouras de menores índices de produtividade, isto é, 75 e 50 arrôbas, com o agravamento de que o custo por saca dessas lavouras são ainda mais elevadas, de 3.273 e 4.085 cruzeiros respectivamente. Também não é possível mantê-las com essa produtividade aos preços atuais de Cr\$ 2 700,00, e que significa que seus proprietários também não poderão pagar salários mínimos aos trabalhadores, não poderão adubá-la e tratá-la convenientemente e terão de se sujeitar a não receber remuneração pelo capital e trabalho de gerência aí aplicados.

Ora, como se sabe, são poucas as lavouras de São Paulo e de outros Estados do Brasil (exceção feita ao Paraná) que apresentam produtividade de 50, 75 ou 100 arrôbas. A grande maioria fica pela casa das 25 arrôbas. Para estas, conforme mostram os dados do quadro IV, o custo é ainda mais elevado, alcançando 5.235 cruzeiros, mesmo sem incluir despesa alguma de adubo, pois produções baixas como essas podem ser obtidas durante muitos anos sem a adubação química. Estão, pois, as lavouras de baixa produtividade em situação ainda mais difícil, com um custo operacional de 5.235 cruzeiros por saca para um preço de venda de 2.700 cruzeiros.

Então, como se mantêm essas lavouras? Os cafeicultores perdem dinheiro todos os anos? Não necessariamente, pois, como foi dito, não pagam os salários mínimos, não adubam, não procedem aos cultivos necessários, diminuindo o número de carpas para 5 ou 4 ou mesmo duas ao ano, e, além disso, mantêm lavouras de subsistência dentro do café, de modo a diminuir o custeio em cruzeiros. Pode-se assim dizer que as lavouras não se “mantêm” nessa base de preço, que elas se “acabam” à medida que se acentua o desgaste de fertilidade do solo.

CAFÉ: RENDA BRUTA, CUSTO DE PRODUÇÃO E REMUNERAÇÃO AOS FATORES A DIVERSOS NÍVEIS DE RENDIMENTO E PREÇO



É aliás o que tem ocorrido historicamente com nossas lavouras de café. O desgaste do solo, a incapacidade de conservar e de repôr a fertilidade fizeram com que as lavouras caminhassem sempre em busca de terras novas. Agora que já não se dispõe de reservas nesse sentido deve-se mudar de atitude a fim de que a lavoura possa permanecer em nosso Estado ou mesmo em nosso país.

Com base nesses elementos, pode-se estabelecer o nível de preço para o café a ser produzido. Dentro de um sistema de restrição de produção, o gráfico anexo mostra que o preço de 4.000 cruzeiros dá quase que justamente para cobrir as despesas de custeio de uma lavoura de 50 arrôbas, sem permitir remuneração para o capital e para o trabalho do empresário nela empregado. Mesmo para as lavouras de 100 arrôbas, não chega a proporcionar renda superior às consideradas normais. O preço de 5.000 mil cruzeiros por saca, como mostra o nosso gráfico, já apresenta uma remuneração considerada satisfatória para as lavouras de 75 arrôbas, cobrindo as despesas de custeio e proporcionando um paga-

mento normal ao capital e ao trabalho do empresário. Para a lavoura de 100 arrôbas, esse preço fornece condições de lucro, pois cobre as despesas e a uma remuneração normal e ainda apresenta uma sobra para o empresário melhor remunerar os fatores. Para as lavouras de 25 arrôbas não chega mesmo a cobrir as despesas de custeio.

Considerando o nível dos agricultores do país, não se pode esperar no momento uma produtividade mínima superior a 50 arrôbas por mil pés. Impõe-se, pois, adotar um preço em cruzeiros que permita pelo menos a manutenção da lavoura nesse nível de produtividade. E o preço para isso teria de ser entre 4.000 a 5.000 cruzeiros por saca. Convém acentuar novamente que esse preço deverá ser acompanhado por um esquema de restrição, pois conforme foi dito, esse preço será lucrativo para as lavouras plantadas em terras novas e férteis durante os primeiros 10 a 15 anos de produção, quando não há necessidade de adubos químicos e dêsse modo constitui um estímulo à formação de novas lavouras e ao agravamento do problema de superprodução.

Nível de preços para safra de 1961

Embora a decisão governamental sôbre a modalidade a

ser utilizada visando a redução da produção, tenha de ser

estabelecida ao se formular a política cafeeira da safra entrante, pois o eventual corte de cafeeiros deve ser feito logo após a colheita, é evidente que para a safra que se inicia em julho próximo, não poderá haver a garantia de preços julgados satisfatórios para as lavouras com rendimentos acima de 50 arrôbas por 1.000 pés.

Assim, para a próxima safra dever-se-ia estudar a aplicação de um esquema de transição que se baseasse num preço que não tornasse mais crítica a situação da cafeicultura. Con-

forme se verificou inicialmente pelos dados do quadro II, já na safra de 1960-61 conseguiu-se evitar continuação da deterioração dos preços reais do café. Para a próxima safra, poder-se-ia, então, garantir ao lavrador o recebimento do mesmo preço real obtido na colheita de 1960, aplicando para isso um esquema semelhante ao vigente nas últimas safras, isto é, dividindo-se o café registrado nas série de mercado, de consumo interno e de expurgo.

Esquema para a safra de 1961

Na formulação dêsse esquema, a primeira questão que surge e que tem sido objeto de debates nas classes interessadas pelos estudiosos do assunto, é se o Governo deve ou não adquirir os cafés da série "Consumo Interno".

Defendem alguns que o Governo não deveria comprar êsse café. Que bastaria elevar o preço do café da série do mercado em níveis compensadores, e exigir que os cafés da série consumo interno e expurgo sejam entregues sem qualquer pagamento. Alegam em favor da medida que dêsse modo não haveria duas aquisições com o encarecimento natural das despesas. Sugere ainda que os excedentes entregues ao Governo

fiquem estocados em nome dos agricultores e que somente sejam liberados posteriormente, quando, devido a um acréscimo de consumo ou a uma retração de oferta (geadas, por exemplo), possa o mercado absorvê-lo normalmente. E nesse caso, os próprios lavradores receberiam o produto da venda.

Todavia, em contraposição a êsses argumentos encontram-se outros que fazem com que a medida se mostre menos satisfatória. Em primeiro lugar, seria necessária uma elevação muito grande na taxa de câmbio café. Para que o preço no mercado interno alcançasse no interior os 7 ou 8 mil cruzeiros por saca, que atenderia os objetivos acima propostos, o câm-

bio precisaria se elevar de 90 para mais de 220 cruzeiros. E com isso não haveria saldo nas contas dos ágios e portanto não haveria possibilidade do governo canalizar recursos para a renovação da lavoura cafeeira e para os esquemas de restrição da produção. Ademais, grandes modificações na taxa de câmbio e a elevação sensível dos preços a 7 ou 8 mil cruzeiros faria com que se tornasse mais difícil a sustentação do preço ouro. Os importadores procurariam oferecer bases menores de preços em dólares e os exportadores brasileiros, visando a realização de maior número de transações, concordariam facilmente em aceitar essas bases.

Outra corrente de estudiosos do problema cafeeiro defendem política inversa. Julgam que o governo deve continuar a comprar a série consumo interno e expurgo, pois desse modo não haveria necessidade de elevar muito o câmbio café e sobraría assim volume ponderável de recursos em cruzeiros para

a) Série Mercado	(45%)	=	18 milhões de sacas a Cr\$ 4 785,00
b) Série Consumo Interno ..	(45%)	=	18 milhões de sacas a Cr\$ 2 500,00
c) Série Expurgo	(10%)	=	4 milhões de sacas a Cr\$ 200,00
	(100%)	40	Cr\$ 3 300,00

rior, para o café pôsto no interior (2.600 cruzeiros) e com uma mudança na taxa de câmbio de 90,00 para 150,00 cruzeiros por dólar.

efetivar uma política de melhoria dos cafeeiros com a erradicação das lavouras menos produtivas.

Dentro desse critério, procuramos calcular os elementos básicos que deverão orientar a comercialização da safra futura. Assim, para evitar um dos inconvenientes do esquema da safra anterior que foi o de não dar ao agricultor interesse para entregar na "série de mercados" café de melhor qualidade dificultando desse modo a exportação por falta do produto de boa qualidade, procuramos ampliar a diferença entre os preços da série mercado e série consumo interno. Procuramos também fazer com que a modificação da taxa câmbio não alcançasse valores muito elevados para evitar os inconvenientes já acima apontados. Dentro desse critério podemos calcular o esquema seguinte, que permite o aumento de preço equivalente à elevação do índice geral de preços (26%) sobre o preço recebido pelo agricultor, na safra ante-

Desse modo, o cafeeiro receberá no interior, em média, 3.300 cruzeiros por saca de café produzido (26% a mais que Cr\$ 2.600,00), pois com um dó-

lar de 150,00 cruzeiros, o atual registro de 33,77 cents corresponderá a um valor de 5.800 cruzeiros por saca, no disponível de Santos, o que possibilita a aquisição de café no interior a um preço de 4.785 cruzeiros por saca.

Os recursos para a aquisição da quota de consumo interno e expurgo poderão ser obtidos com as próprias cambiais do café. Assim é que, mantendo-se os preços correntes no mercado internacional, a exportação de café proporcionará os mesmos 730 milhões de dólares. Considerando que o país necessita de 600 milhões desse total para atender as importações de câmbio de custo e que os 130 restantes poderiam ser vendidos, no câmbio livre, a 280 cruzeiros, teríamos um montante em cruzeiros de 156,5 bilhões.

$$\begin{array}{r} 600 \times 200 = 120,0 \text{ bilhões} \\ 130 \times 280 = 36,4 \end{array}$$

$$\text{Total (Cr\$)} = 156,5 \text{ bilhões}$$

Descontando-se o que seria pago em cruzeiros aos exportadores de café — 730 milhões de dólares a 150,00 cruzeiros por dólar ou sejam 109,5 bilhões de cruzeiros —, teríamos uma diferença de 46,9 bilhões de cruzeiros. Se a esse saldo, adicionarmos mais 26,4 bilhões de cruzeiros que foram proporcionados ainda pelos cafés

da safra de 1960-61, após a modificação da Instrução 204, teríamos assim um total de 73,3 bilhões. Com o dispêndio de 45,8 bilhões, para a aquisição dos cafés das cotas consumo interno e expurgo, sobraría 27,5 que, adicionados aos 5 bilhões que serão obtidos pela venda para o consumo interno de 5 milhões de sacas a 1.000 cruzeiros, totalizarão os 32,5 bilhões que poderão ser dispendidos num programa a favor da cafeicultura, visando a eliminação das lavouras de menor rendimento, tal como foi atrás exposto.

Aliás, os cálculos acima mostram-se bastante conservadores, pois tomamos uma estimativa de 40 milhões de sacas e efetuamos os cálculos com base num câmbio de custo de 200 cruzeiros, por dólar quando se sabe que após julho este câmbio deverá ser novamente elevado, de modo que o esquema acima proposto deverá, a rigor, proporcionar um excedente superior aos 32,5 bilhões acima mencionados.

Em complementação a esse esquema, diversas medidas devem ser tomadas pelo IBC, e que sumariamente seriam as seguintes: (a) a adoção de um sistema de classificação para o recebimento de café da cota de consumo interno, de modo a pagar ágios para os tipos melhores; (b)

adotar novo sistema de bases de registro para a exportação, de modo a evitar as atuais distorções entre os preços dos diversos portos para cafés da qualidade equivalente. O atual deságio entre os registros de um café bebida Rio, em Santos, Rio e Vitória, é superior ao encontrado nos mercados importadores, o que favorece as exportações por Vitória e em menor escala pelo Rio, em detrimento de Santos; (c) também deveriam ser mantidas as facilidades que benefi-

ciam os cafés de melhor qualidade.

Esses os esquemas, a nosso ver, atendem aos interesses da cafeicultura brasileira, tanto os de caráter permanente, através da restrição da produção e o estabelecimento de preços lucrativos, como os de caráter imediato através da adoção de cotas com preços superiores aos do ano anterior e que permitirão aos cafeicultores aguardarem a adoção de medidas de caráter permanente após a colheita deste ano.